

## O DISCURSO RETÓRICO DE SILVEIRA BUENO NA OBRA *A ARTE DE FALAR EM PÚBLICO*

**Elioenai dos Santos PIOVEZAN<sup>1</sup>**

Doutorando em Língua Portuguesa – PUC-SP

**RESUMO:** Este artigo pretende fazer uma análise retórica da obra *A arte de falar em público* (1966), do professor Francisco Silveira Bueno, cuja periodização se dá no contexto do Estado Novo, a fim de constatar o discurso situado do autor que revela seu conceito e prática em relação à Retórica no século XXI. A abordagem teórica encontra suporte na Retórica Antiga, na Nova Retórica e na Socioretórica, a partir de contribuições de Bazerman (2015), Aristóteles (2013), Ferreira (2010), Reboul (2005) e Mosca (2004). Valemo-nos ainda de contribuições da História das Disciplinas Escolares, uma vez que a obra consiste em um manual de oratória, um compêndio surgido das aulas de Retórica ministradas pelo autor no quarto ano ginásial do Mackenzie College, nos anos 1930 e 1940. Devemos concluir que a Oratória e a Eloquência ensinadas por Bueno (1966) refletem uma concepção de Retórica que prioriza a oralidade na *dispositio* e na *elocutio* e a linguagem calcada em valores morais, aspectos ornamentais do discurso e reprodução da tradição literária no ensino, tendo os textos canônicos como modelo aos alunos da época em que a obra circulou.

**Palavras-chave:** Retórica. Oratória. Eloquência. Manual didático.

### Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a primeira parte da obra *A arte de falar em público*, do professor Francisco Silveira Bueno, à luz da Retórica aristotélica e contribuições teóricas de Bakhtin (1997). Por se tratar de um manual didático, utilizado nos anos de 1930 e 1940, na instituição de ensino particular Mackenzie College (instituição que ganharia status de universidade em 1952: a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo), consideramos as contribuições da História das Disciplinas Escolares, para abordar aspectos da contextualização, do ponto de vista teórico e prático de ensino.

A escolha da referida obra justifica-se por se tratar de um manual didático de Oratória em uma época em que a Retórica como objeto de ensino já era dada como morta. Ressalta-se que a tradição de ensino de Língua Portuguesa manteve-se durante mais de três séculos, desde a chegada

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: elioenaisp@uol.com.br

---

dos jesuítas ao Brasil, com um currículo estruturado a partir da Gramática (preparação para estudos de Latim), da Retórica (com foco nas figuras e na Oratória) e da Poética (com foco na Literatura).

Como a obra de Bueno (1966) está inscrita no âmbito da Retórica, apresentamos preliminarmente uma breve trajetória dessa arte ou ciência do discurso eficaz. Em seguida, abordamos alguns aspectos da vida e obra do autor e, finalmente, analisamos o *corpus* à luz das teorias discursivas da Retórica e contribuições da Sociorretórica.

### **Algumas considerações acerca da Retórica**

A Retórica nasceu da necessidade humana de resolver problemas do cotidiano. Surgiu para contrapor a admissibilidade de verdades únicas e absolutas e orientar a discussão sobre verdades contingentes, do universo da *doxa*, “em que se digladiam as várias opiniões” (FERREIRA, 2010, p. 13). Se, por um lado, a vida em sociedade tornara-se muito complexa, por outro, inventar ou descobrir mecanismos para a preservação de direitos, do equilíbrio social e da relação cidadão-estado parecia algo necessário e vital. Já não bastava a simples aplicação das leis humanas, era preciso interpretá-las, questioná-las e, ao fazê-lo, os antigos depararam-se com a possibilidade de argumentar a seu favor, por meio do convencimento e da persuasão.

A despeito da origem da Retórica, Reboul (2004) afirma que, mesmo encontrando-se retórica entre hindus, chineses, egípcios e hebreus, “a retórica é uma invenção grega, tanto quanto a geometria, a tragédia, a filosofia”, pois os gregos criaram primeiro a “técnica retórica”, como ensinamento distinto, depois “inventaram a teoria da retórica, como uma reflexão com vistas à compreensão” (REBOUL, 2004, p. 1).

Acerca da origem, temos, de acordo com Ferreira (2010), o primeiro tratado de Retórica, escrito em 465 a.C., por Córax e seu discípulo Tísias, dois notáveis oradores que defendiam as vítimas de Trasíbulo, tirano de Siracusa que havia tomado as terras de muitos cidadãos. Em um ambiente de contendas jurídicas, os cidadãos pleiteavam, com uso de oratória e retórica, a devolução de suas terras.

Estavam lançadas as bases da arte da persuasão. Para Ferreira (2010), “o fundamento filosófico dessa retórica assenta-se na crença de que o verossímil é mais estimável que o verdadeiro” (FERREIRA, 2010, p. 41). A Retórica, pois, surgia amparada por uma “oratória caracteristicamente probatória, que buscava provas (*pisteis*)” e “assumia o aspecto técnico de uma arte com preceitos assentados cientificamente, tendo por objetivo demonstrar a verossimilhança de uma tese proposta” (FERREIRA, 2010, p. 41).

Havia, desse modo, uma necessidade prática para a construção de discursos retóricos, da mesma forma que hoje se propõem questões controversas para testar a capacidade argumentativa dos alunos em exames de Língua Portuguesa (vestibulares, ENEM, avaliações externas).

Da necessidade inicial, a Retórica ganha novas proporções em Górgias e Protágoras, que investem no ensino da arte de persuadir, com foco na sedução e na beleza do discurso. Conhecidos como sofistas, questionavam a tradição e praticavam a eloquência. Mas, por apresentar uma “superficialidade sensível” e “desprezo à verdade”, os sofistas eram condenados por Platão e

Aristóteles (FERREIRA, 2010, p. 42), que, a partir de princípios filosóficos, não admitiam a defesa, de forma indiferente, do justo e do injusto, pois a justiça, para Platão, “é a suprema felicidade do homem” (FERREIRA, 2010, p. 43).

Se os sofistas foram os primeiros professores da arte do bem falar (Górgias foi um dos fundadores do discurso epidítico – do elogio ou da censura), foi Aristóteles quem integrou a Retórica num sistema filosófico “bem diferente daquele dos sofistas, e depois transformando-a em sistema” (REBOUL, 2004, p. 22).

Finalmente, é no mundo da *doxa* que são tecidas as relações sociais, políticas e econômicas e não no chamado “mundo da verdade”. Logo, a Retórica se situa no campo do verossímil, em que existe o não-racional, como a sensibilidade, a sedução e o fascínio da crença e das paixões.

Quanto ao conceito, segundo Reboul (2004, p. XIV), “retórica é a arte de persuadir pelo discurso”. Esse autor entende como discurso “toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido” (REBOUL, 2004, p. XIV). Dessa forma, sistematizar um discurso passa a ser uma tarefa que envolve algumas etapas fundamentais que até hoje são trabalhadas em sala de aula (ou em diferentes situações em que ocorrem atos de fala).

Mas, uma das conceituações que ainda inspira os estudiosos de Retórica é a do próprio Aristóteles: a Retórica é “a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão” (ARISTÓTELES, 2013, I, p. 44). A persuasão, por sua vez, é realizada por meio de raciocínios argumentativos, que buscam convencer ou comover. É nessa esteira que o professor Fiorin (2014) explica que “a retórica é a arte da persuasão, a arte do discurso eficaz”. Nesse sentido, a busca pela eficácia do discurso está na base constitutiva da Retórica, que também é “a disciplina que deu início aos estudos do discurso”. Tanto o convencimento quanto a comoção são “meios igualmente válidos de levar a aceitar determinada tese” (FIORIN, 2014, p. 18).

Já a professora Lineide Mosca (2004) assume que “a Retórica tem sido colocada à prova pelos mesmos princípios que a norteiam internamente e que fazem com que ela refloresça sempre: aceitação da mudança, o respeito à alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades” (MOSCA, 2004, p. 17). Isso se explica pelo fato de que “a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva” e que argumentar “significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas” (MOSCA, 2004, p. 17). Nesse sentido, é o mesmo que reconhecer-lhe *status* e habilitá-lo ao exercício da discussão e do entendimento, por meio do diálogo. Como o envolvimento não é unilateral, o ambiente é de negociação.

Após tantos percalços, a Retórica, vista como “arte da persuasão”, “técnica da argumentação”, “ciência dos discursos”, “disciplina do falar bem”, “método do discurso eficaz”, “perspectiva da interação”, continua consistente e necessária graças principalmente à sólida base teórica construída por Aristóteles. O Estagirita, diferentemente de seu mestre Platão, via na Retórica utilidade prática e assim a justifica, na obra *Retórica*:

---

A retórica é útil porque o verdadeiro e o justo têm naturalmente mais valor que seus opostos. O resultado é que se os julgamentos não forem proferidos como devem ser, o verdadeiro e o justo estarão necessariamente comprometidos, resultado censurável a ser atribuído aos próprios oradores. [...] Por outro lado, seria absurdo afirmar que alguém deve envergonhar-se por ser incapaz de defender-se com seus membros físicos, mas não de ser incapaz de defender-se mediante o discurso racional quando o uso do discurso racional distingue mais o ser humano do que o uso de seus membros (ARISTÓTELES, 2013, I, p. 43).

Em uma sociedade dinâmica, moderna e democrática, porém desigual e injusta, ter competência escritora (e, obviamente, leitora) permite ao indivíduo produzir um discurso mais autônomo e crítico. Nesse sentido, a Retórica pode ser considerada uma eficiente ferramenta tanto para se analisar quanto para se produzir discursos nos mais variados gêneros, em diferentes situações de comunicação.

### ***A importância do ethos retórico***

Aristóteles nos legou como provas retóricas a tríade *ethos*, *pathos* e *logos*, que juntas compõem as bases da construção de qualquer discurso. Pode-se compreender o *ethos* como “um conjunto de traços de caráter que o orador mostra ao auditório para dar uma boa impressão” (FERREIRA, 2010, p. 21). No ato retórico, o que importa é a eficácia do *ethos* que “é distinta dos atributos reais de quem assume o discurso” (FERREIRA, 2010, p. 21). Assim, ainda segundo Ferreira (2010), “a imagem prévia do locutor construída no imaginário social, a autoridade institucional angariada e a imagem de si projetada na construção discursiva podem contribuir para a consolidação do *ethos* do orador. O ato retórico, porém, é quem o consolida” (FERREIRA, 2010, p. 21).

Ferreira (2010) sintetiza as três provas da seguinte forma:

- um orador: simbolizado pelo *ethos*. Para Aristóteles, o orador tem credibilidade assentada no seu caráter, na sua virtude, na sua honra, na confiança que lhe outorgam;
- um auditório: simbolizado pelo *pathos*. Para movê-lo, é necessário comovê-lo, seduzi-lo, convencê-lo a partir de um acordo, de um casamento de interesses centrado nas crenças e paixões do auditório;
- um discurso: simbolizado pelo *logos* (a palavra, a razão). O discurso pode revestir-se de diversas tipologias, numa dependência direta da questão subjacente ou expressamente colocada (FERREIRA, 2010, p 17).

Aqui se nota que a Retórica permite uma abordagem sociointeracionista em que a comunicação não é um ato em que um emissor simplesmente transmite uma mensagem ao seu receptor. Para além de teorias que por muito tempo consideraram a linguagem como sistema fechado e superior aos próprios falantes, a Retórica se preocupa desde sua gênese com a produção, a recepção e a circulação do discurso. Conhecer o auditório e fazer escolhas a partir de suas características é considerar o ato comunicativo como interação em que há “contato de espíritos”

(PERELMAN, 1999) entre os participantes. Do contrário, uma situação comunicativa se desenvolveria no vazio e “sua ação seria nula” (PERELMAN, 1999, p. 29).

Outro aspecto da Retórica a se considerar neste artigo é a constituição de três ordens de finalidade: o *docere*, compreendido como o ato de ensinar, convencer, pela coordenação do lado argumentativo do discurso; o *movere*, que busca comover, atingir os sentimentos, pelo lado da movimentação das paixões humanas; e o *delectare*, que visa a agradar, prender a atenção do auditório, pelo discurso estimulante, que movimenta o gosto. Fica a critério do orador operar o discurso para atingir a necessária eficácia.

### **A importância do auditório**

O ato retórico não pode existir sem que haja um auditório, pois, segundo Reboul (2004) “sempre se argumenta diante de alguém. Esse alguém, que pode ser um indivíduo ou um grupo ou uma multidão, chama-se auditório, termo que se aplica até aos leitores” (REBOUL, 2004, p. 92-3). Como o discurso nunca é um acontecimento isolado, visto que “nasce em outros discursos e aponta para outros”, logo o orador “atua nos limites de uma área de valores aceitáveis e atribui aos membros do auditório algumas funções” (FERREIRA, 2010, p. 22).

Dessa forma, o auditório pode atuar como juiz, que analisa uma causa passada, pondera sobre o justo, o legal, e sobre o injusto, o ilegal, e, ao final, condena ou absolve; como assembleia, que reflete sobre o útil, o conveniente, e sobre o prejudicial, o nocivo, e toma uma decisão que aponta para o futuro; ou como espectadores, que declaram se gostam ou não do discurso presente, expressam se é belo ou feio, se agrada ou não.

Para mobilizar o auditório, existem os chamados gêneros retóricos que são classificados, segundo o objetivo e o contexto, em judiciário, deliberativo e epidítico. Podem apresentar lugares comuns (*topoi*), o fundo lógico comum em uma cultura, e lugares próprios a cada um deles (*eidōs*). Mosca (2004) descreve-os da seguinte forma:

- Discurso judiciário: destruição dos argumentos contrários e apresentação de provas técnicas (base na Retórica) e extra-técnicas pré-existentes ao discurso (leis, testemunhas etc.).
- Discurso deliberativo: ligação com a coletividade, à administração e decisões da polis, a serem tomadas em benefício público.
- Discurso epidítico: elogio ou censura. Por explorar todos os recursos literários, oscila entre o funcional e o estético. Cumpre, assim, uma função social e cívica, e relaciona-se ainda a questões de ética pública.

A essa altura, podemos concluir que o discurso retórico presente em uma obra escrita pode ser analisado considerando-se o *ethos* retórico, que é verificado pela constituição do orador e de sua relação com o que diz. A autoria deixa marcas perceptíveis quando confrontamos a realidade refletida no texto (discurso situado) e refratada pelo autor (sujeito histórico). Dessa forma, os

valores, a visão de mundo, a ideologia a partir de um contexto retórico são observáveis e devem contribuir para uma compreensão acerca da natureza de um determinado discurso.

### ***A importância do sistema retórico***

Aristóteles criou o sistema retórico para construção de discursos eficazes. Esse sistema, bastante utilizado pelos romanos que incluíram a memória, é organizado em quatro partes: *inventio*, *dispositio*, *elocutio* e *actio*. Para este artigo, interessa-nos a *dispositio* e a *elocutio*, sendo que a primeira possui, segundo Ferreira (2010), como componentes o exórdio, a narração, a argumentação (confirmação/refutação) e a peroração.

O exórdio é a parte introdutória do discurso, o primeiro contato entre o orador e o auditório. Seus elementos são a saudação, apresentação do orador, o encaminhamento do assunto, um mote, uma prece. No exórdio, dominam os argumentos éticos. Trata-se, segundo Ferreira (2010), de como o orador movimenta o *pathos*.

Na narração, contam-se fatos, acontecimentos. Segundo Tringali (2014), ela “é necessária quando urge estabelecer os fatos que contêm a razão de ser da controvérsia” (TRINGALI, 2014, p. 164). A narração contextualiza a questão, sempre a serviço da argumentação. É diferente de exemplo, pois não é meio de prova, mas sim um pressuposto da discussão.

Embora levantados na *inventio*, os argumentos são organizados na *dispositio*. E se distribuem em duas frentes: a confirmação, em que o orador se defende; e a refutação, em que o orador ataca o adversário. Nesse tópico, Ferreira (2010) afirma que a confirmação “é a parte mais densa do discurso por concentrar as provas” (FERREIRA, 2010, p. 114).

Por último, vem a peroração, o final do discurso, o epílogo, o momento decisivo (“*finis coronat opus*”, o fim coroa a obra). O ouvinte precisa perceber que o discurso está terminando. Na peroração, a afetividade se junta à argumentação e conclama à ação.

De certo, corroboramos o pensamento de Tringali (2014), que considera a retórica presente nos variados gêneros textuais e discursivos, e de Ferreira (2010), para quem somos “seres retóricos”, e que “somos, pela palavra, construtores sociais, sujeitos ativos que, de um modo ou de outro, se revelam no convívio com as pessoas” (FERREIRA, 2010, p. 13). Dessa forma, não importa se o gênero é, conforme Bakhtin (1997), primário ou secundário, podemos dizer que todo discurso possui traços retóricos.

A etapa seguinte do sistema retórico é a *elocutio* (*léxis*, em grego), que, de acordo com Mosca (2004), “é o estilo ou as escolhas que podem ser feitas no plano da expressão para que haja adequação forma/conteúdo” (MOSCA, 2004, pp. 28-9). Ou, segundo Reboul (2004), é “a elocução, em sentido técnico, é a redação do discurso” e “o ponto em que a retórica encontra a literatura” (REBOUL, 2004, p. 61). É a expressão da arte que funciona com correção, clareza, concisão, adequação e elegância.

Ferreira (2010) afirma que a *elocutio* “consiste em atuar sobre o material da *dispositio*”, pois a *inventio* começa o processo de elaboração textual com a criação da estrutura do conjunto referencial. A *dispositio*, por sua vez, constrói a macroestrutura textual e a *elocutio* culmina o

processo ao revelar a superfície textual que, como significação global do ato retórico, chega ao auditório (FERREIRA, 2010, p. 116).

Por ora, esse recorte sobre a Retórica aristotélica, combinado com contribuições modernas de teorias do discurso, pode fornecer algumas ferramentas para analisarmos a obra de Bueno, um ferrenho defensor da Oratória e do patriotismo em sua época.

### ***O autor e o contexto***

O professor Francisco Silveira Bueno nasceu em 20 de agosto de 1898, em Atibaia, no interior de São Paulo. Após o curso primário, estudou no Seminário Menor de Pirapora e, após cinco anos, foi transferido para o Seminário Provincial de São Paulo. Em 1917, com 19 anos de idade, concluiu o Curso de Filosofia, permanecendo mais quatro anos na instituição para se dedicar à formação em Teologia, Direito Canônico e Exegese Bíblica.

Abandonou a carreira eclesiástica e cursou Filosofia na Faculdade de Filosofia São Bento e dedicou-se ao magistério e ao jornalismo. Ensinou Latim, Português e História no Mackenzie College, no Colégio São Bento, no Colégio S. Luís, no Colégio Pan Americano e no Colégio Paulistano. Em 1929, classificou-se em primeiro lugar em concurso para a cátedra de Português e Calígrafia do Instituto de Educação. Em 1939, foi aprovado em concurso para a cátedra de Filologia Portuguesa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Durante muitas décadas, colaborou em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, como *Jornal do Comércio*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Platéia*, *Diário Paulista* e *Tarde*.

Segundo Freitas (2011), Bueno foi pedagogo, crítico, ensaísta, poeta, conferencista, tradutor e especializou-se nas décadas de 1940 e de 1950 em pesquisas sobre Filologia e Linguística. Fez conferências na Espanha, a convite do Instituto de Alta Cultura Hispânica e da Academia de Língua Espanhola, assim como em Coimbra e Lisboa.

Faleceu aos noventa anos, em 1988, deixando diversas obras como dicionários, gramáticas e livros sobre a literatura brasileira e portuguesa, história da literatura e filologia. Destacam-se na filologia as obras *Estudos de Filologia Portuguesa* e *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. Por sua influência marcadamente religiosa, publicou *Palavras Cristãs* e, por ser essencialmente professor, produziu obras didáticas, como *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, *Literatura Luso-Brasileira*, *Páginas Literárias*, *Português Comercial* (em dois volumes) e *Páginas Seletas* (em dois volumes). Dedicou-se à Oratória, publicando em 1933, *A arte de falar em público*, obra de referência para oradores brasileiros renomados. Publicou ainda o *Manual de calígrafia, calígrafia, calírritmia e arte de dizer*, dedicado ao estudo e aprimoramento da voz.

Até a década de 1940, não havia leis claras que incidissem nos ambientes escolares. Não havia padronização dos conteúdos e organização do currículo nem da arquitetura da escola, do controle do recreio e da disciplina de alunos e professores. As crianças não usavam uniforme e as escolas não possuíam bibliotecas, clubes de leitura, jornais escolares ou grêmios. Isso só viria a mudar com as Leis Orgânicas do Ensino, da reforma Capanema, que previa, inclusive, a produção de livros didáticos. Tais iniciativas eram, segundo Hilsdorf (2003), resultado da influência dos preceitos da Escola Nova.

De acordo com Freitas (2011), o Ensino Secundário, conforme Decreto 4.244, de 9 de abril de 1942, foi dividido em curso ginásial de quatro anos e curso colegial de três anos. O curso colegial poderia ser realizado na modalidade de curso clássico ou curso científico. De acordo com Veiga (2007 *apud* FREITAS, 2011), o secundário, para o ministro Capanema, “era o nível por excelência destinado a formar os futuros cidadãos em sua consciência patriótica”. Nesse sentido, “educar para a sociedade” era interpretado como “educar para a nação”. Para cumprir esse objetivo, era preciso um currículo de “acentuado conteúdo humanístico, necessário para a preparação das individualidades condutoras do povo e da nação” (VEIGA, 2007 *apud* FREITAS, 2011, p. 292). Entre outras mudanças, a reforma Capanema prescrevia também que preferencialmente a educação secundária para as mulheres deveria ser oferecida em instituição específica para esse fim.

### **Do objeto e seu discurso retórico**

A obra *A arte de falar em público*, com o subtítulo *Retórica eloquência: acadêmica, parlamentar, forense, eclesiástica*, foi publicada em 1933. Para este artigo, utilizamos um exemplar da 9ª edição, de 1966, fato que demonstra seu grande fôlego após 33 anos da primeira publicação. Segundo o próprio autor, o livro é um compêndio das aulas de Retórica, ministradas a turmas do quarto ano ginásial (hoje equivalente ao 9º ano do Ensino Fundamental), no Mackenzie College.

Ressalta-se que, no contexto da primeira metade do século XX, podemos considerar, conforme Soares (2001), que, entre fatores externos acerca do ensino brasileiro, a escola servia aos mesmos grupos social e economicamente privilegiados. Os alunos, filhos da elite, já chegavam com razoável domínio da “norma padrão culta”. E o objetivo da escola era levar ao reconhecimento das normas e regras de funcionamento desse “dialeto de prestígio”, com o ensino a respeito da língua e análise de textos literários, para estudos de Retórica e Poética.

Por seu turno, entre os fatores internos, ainda com Soares (2011), o conhecimento da língua até então era transferido do conhecimento da Gramática do Latim, da Retórica e da Poética de autores latinos e gregos. As aulas focavam o estudo da Gramática da Língua Portuguesa, a análise de textos de autores consagrados e a substituição do ensino do “falar bem” (oratória) pelo “escrever bem” (estilística), agora como exigência social.

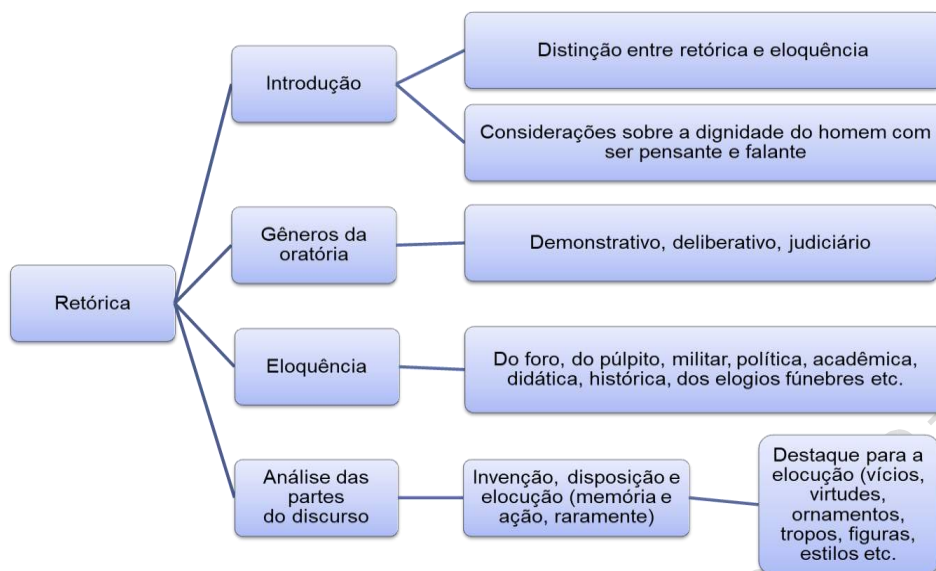
As aulas de língua materna eram ministradas com a utilização de manuais escolares, como gramáticas, geralmente sem caráter didático, comentários pedagógicos ou propostas de exercícios e atividades. E antologias, com trechos de autores consagrados, geralmente sem comentários ou explicações, e sem questionários. Logo, cabia somente ao professor comentar, discutir, analisar e propor questões e exercícios aos alunos.

Os manuais de Retórica e Poética, desde o século XIX, seguiam certo padrão estrutural e discursivo. O objetivo era caracterizar algumas determinantes ideológicas que refletiam os outros setores da vida brasileira. Na introdução dos manuais ou prefácio dos compêndios, ambos utilizados em sala de aula, era comum o autor manifestar seu ponto de vista acerca da necessária moral cristã ou dos bons costumes para uma salutar vida em sociedade. No aspecto material, os professores de Língua Portuguesa utilizavam compilados e teses apresentadas em concurso para lecionar no ensino



secundarista e no superior. Dos manuais do século XIX, densos e repletos de textos em Latim, a tendência no século XX era a produção de manuais de Retórica e Poética, em língua vernácula, mais simplificados e com conteúdos que atendiam tanto a um “pressuposto pedagógico” como a uma “concepção do fato cultural” (BRANDÃO, 1972, p. 32).

No plano geral, um manual de Retórica e Poética, incluindo a Oratória, apresentava a seguinte estrutura básica (Imagem 1):



**Imagem 1.** Plano geral de um manual de Retórica e Poética. Elaborado pelo autor do artigo, com base na descrição de Brandão (1972).

Nota-se que a Introdução procura distinguir Retórica de Eloquência e explora aspectos filosóficos e religiosos no tocante aos valores éticos e morais que incluem a “dignidade do homem como ser pensante e falante”. Na segunda parte, os gêneros retóricos são tratados como “Gêneros da oratória”, com suas subdivisões “demonstrativo, deliberativo e judiciário”. Na terceira parte, a Eloquência, que visa ao discurso essencialmente oral é subdividido em situações de uso social, cumprindo assim a função da Oratória. Na quarta parte, o sistema retórico é tratado em seus aspectos organizacionais, com foco na *elocutio*, cuja preocupação é privilegiar a natureza ornamental em detrimento da natureza argumentativa do discurso.

A obra *A arte de falar em público*, por sua vez, possui em seu plano geral (Imagem 2): *Prefácio*, seguido de três seções: *Não temos oradores...*, *O interesse do público*, *Retórica e dicção e Nota da 7ª edição* (de 1961). Possui duas partes, sendo que a primeira trata da *Eloquência em geral* e a segunda, dos *Gêneros da eloquência*, totalizando sete capítulos. Interessa-nos neste artigo, dada a limitação de espaço, analisar somente a primeira parte.

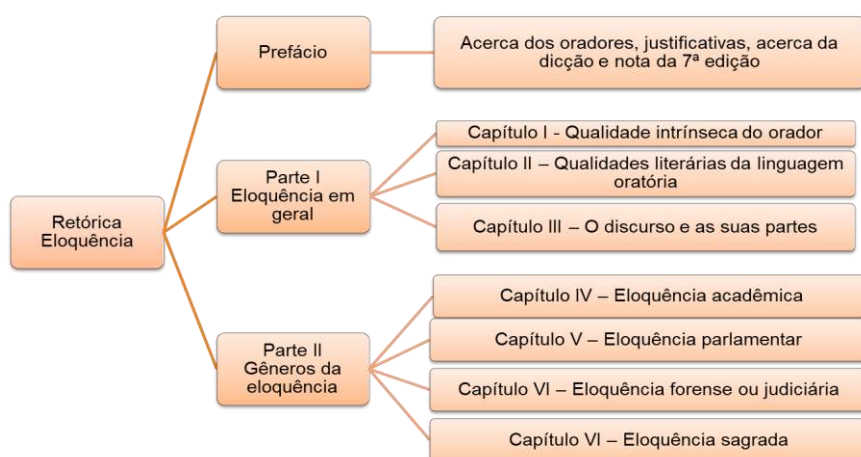


Imagem 2: Plano geral da obra *A arte de falar em público*, de Silveira Bueno. Elaborado pelo autor do artigo.

Em seu *Prefácio* e seções seguintes, temos a constituição do *ethos* do orador como alguém que fala de um lugar autorizado, pois é um renomado professor de Língua Portuguesa, jornalista, filólogo e autor de vários livros. Logo, sua imagem de orador traduz-se em virtude, honra e benevolência. Sua trajetória de pedagogo tanto em escolas públicas como particulares já o alçavam como digno de reconhecimento e respeito por seus pares, alunos e superiores hierárquicos.

Como representante da Retórica de seu tempo, Bueno fala no *Prefácio* de uma “Retórica modernizada, principalmente nos exemplos” e, utilizando argumento de presença (“a humanidade continua a reger-se pelo passado), vale-se de refutação para criticar “os esforços inúteis dos que apregoam a falência da oratória” (BUENO, 1966, p. IX). Nota-se que o autor considera equivalente Oratória e Retórica e, em seguida, subverte o raciocínio contrário à Retórica: “Não é a decadência da Retórica que é evidente e sim, a decadência dos oradores” (BUENO, 1966, p. IX). Vale-se, enfim, de metáfora quando afirma que aqueles que nasceram naturalmente eloquentes e não estudaram Retórica “perderam o magnífico presente dos deuses” (BUENO, 1966, p. X).

Para Bueno, a existência da eloquência é uma das provas de que a Retórica não morreu. E baseia seu argumento ao evidenciar que a eloquência é algo natural, que as pessoas trazem ao nascer. E caberia, portanto, à Retórica contribuir para desenvolver as qualidades de orador, por meio de regras, meios e “adminículos próprios para tal desenvolvimento” (BUENO, 1966, p. IX). Dessa forma, o autor revela uma visão romântica acerca da eloquência e modaliza seu discurso inicial, o exórdio, para deleitar o auditório que é particularmente formado por leitores estudantes, professores e profissionais de comunicação.

No contexto da primeira metade do século XX, o discurso de Bueno (1966) também é dirigido a um auditório universal formado por ocupantes de cargo eletivo (vereadores, deputados e senadores) e seus assessores políticos, aspirantes a cargos públicos, com a eloquência parlamentar; por promotores e juízes, com a eloquência forense ou judiciária; por estudantes e professores universitários, pesquisadores e cientistas, com a eloquência acadêmica; e por clérigos de todos os

níveis e segmentos, com a eloquência sagrada. Nesse sentido, nessas esferas de atividade humana, a Eloquência, como disciplina, encontraria eco e acolhida, a partir do exórdio expressado no *Prefácio*.

Na subseção *Não temos oradores*, o autor revela o valor dado aos cânones da literatura ao postular que “sem estudar, porém, as leis que regem a expressão verificada, nunca será um Bilac e muito menos um Vicente de Carvalho” (BUENO, 1966, p. 1). Não é diferente o tratamento dado às demais esferas sociais. Afirma o autor que “nas Academias de Direito a audácia e, às vezes, a convicção ingênua de genialidade hereditária substituíram os estudos que fizeram de Cícero, de Hortêncio e de tantos outros, os melhores advogados do mundo” (BUENO, 1966, p. 1). Nesse ponto, Bueno (1966) não poupa críticas à ética que reflete o contexto da fala ao afirmar que “no júri, vale mais, nestes tempos de corrupção, a ‘gorgeta’ do que a oratória do causídico<sup>2</sup>” e ainda que os oradores parlamentares tivessem desaparecido para dar lugar ao “monopólio dos líderes da maioria” (BUENO, 1966, p. 1). Ressalta-se que o autor escreve seu *Prefácio* datado de 1946, portanto, num momento delicado da República, meses após a deposição do ditador Getúlio Vargas, pelos militares, e sua substituição por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, Bueno (1966) utiliza argumentos de comparação e de quantidade ao afirmar que “em todos os outros povos a palavra continua a ser cultivada, aparecendo compêndios após compêndios, todos de Retórica”, e argumento de exemplificação ao dizer que nos Estados Unidos “há verdadeira ânsia de tais estudos”. E conclui: “Por que no Brasil não se há de fazer alguma coisa?”. Nesse aspecto, o autor antecipava a tendência pelo ressurgimento da Retórica, na década de 1950, a partir de obras de teóricos da argumentação, como o inglês Stephen Toulmin (1922-2009) e o belga-polonês Chaïm Perelman (1912-1984).

Na subseção *O interesse do público*, o autor descreve resumidamente seu método didático-pedagógico de aulas de Retórica no Mackenzie College. A partir de pequenos exercícios, os alunos narravam anedotas e historietas. Em seguida, passavam para o estudo das formas oratórias mais difíceis, com brindes, saudações, respostas, “discursos de oportunidade” e “panegíricos<sup>3</sup> de homens e de datas célebres”. Por fim, chegavam aos debates e ao improvisado. Segundo Bueno (1966), o “entusiasmo com que os moços acolhiam estas aulas” resultou na publicação da obra.

Na sequência do livro, as duas partes, distribuídas por sete capítulos, possuem um discurso apodítico, com as premissas de compêndio de aulas, ou seja, o mestre fala e ensina pelos exemplos. E, para além do caráter injuntivo ou instrucional, o discurso do orador oscila entre definições repletas de metáforas e analogias e orientações práticas de eloquência. O seu discurso é em si mesmo uma demonstração de modelo discursivo a ser seguido.

A essa altura, percebe-se que a concepção de Retórica de Bueno está intrinsecamente ligada à Oratória e à Eloquência. De certo que o professor afirma ser a principal finalidade da Retórica

<sup>2</sup> Patrono de causas, advogado, defensor, segundo Houaiss online. Disponível em <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>>. Acessado em 02dez.2018.

<sup>3</sup> Um panegírico (do grego πανηγυρικός, "reunião") era, originalmente, na Grécia Antiga, o discurso de caráter encomiástico ou laudatório que era pronunciado em grandes reuniões festivas do povo. Na Roma Antiga, denominava-se "panegírico" o discurso que os cônsules romanos pronunciavam diante do imperador, depois de serem eleitos, manifestando-lhe seu respeito e admiração. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Paneg%C3%ADrico>>. Acessado em 01dez.2018.

tornar as pessoas “capazes de persuadir ou de convencer o ânimo dos ouvintes” (BUENO, 1966, p. 13), mas, ao longo da obra, predomina um trabalho didático voltado apenas para a oralidade. Nesse sentido, utiliza o sistema retórico, criado por Aristóteles, com foco na *dispositio* e na *elocutio*. Esta pela “maneira oral com que o orador se apresenta ao público”, aquela pela “disposição dos argumentos” (BUENO, 1966, p. 15). E toda essa mobilização, combinada com a inteligência do orador, “ferindo com habilidade o ponto fraco da assistência” (BUENO, 1966, p. 15). O foco, ressaltamos, é a oralidade, incluindo os gestos, uma combinação de eloquência com proxêmica, e a aposta no “talento” do orador.

O objetivo do curso de Oratória é formar oradores competentes. Para tanto, o autor aborda as “qualidades intrínsecas do orador”, divididos em dotes internos e dotes externos: Os internos são: a *memória* e o *uso de esquemas* (p. 15-9), a *imaginação* e o uso correto de figuras (p. 20-3), a *inspiração* (p. 23-5) e a *sensibilidade* (p. 26-9). Os externos incluem a *aparência agradável* (p. 30-1), a *voz perfeita* (p. 32), a *respiração* (p. 32-3) e a *pronúncia* (p. 33-4). Como vemos, a Retórica se resume à expressão e ao ornamento, ou seja, a *elocutio* do sistema retórico, sendo a escrita suporte para auxiliar a memória do orador no momento de sua pronúncia (*actio*).

No capítulo II, o autor destaca a importância da palavra escrita ou da linguagem literária, supondo que todo orador é “antes de tudo escritor”. Aqui temos a definição de orador como produtor de discursos e, a pensar na interação com o auditório e o uso de todo repertório técnico da Oratória, podemos considerar a presença de um ato social, pressuposto teórico da sociorretórica. Ora, a situação retórica que se apresenta diante do orador, seja pela oralidade ou pela escrita, “é uma situação exigente marcada por uma imperfeição que pode ser corrigida pela linguagem” (BITZER, 1968 *apud* BAZERMAN, 2015, p. 85). De fato, o orador precisa ter a sensibilidade para perceber o tempo *kairós* (momento oportuno) para realizar o ato retórico, pois “uma situação só vem à consciência e toma forma a partir da percepção de uma exigência” (BAZERMAN, 2015, p. 85).

Dessa forma, no contexto retórico da obra de Bueno (1966), o orador como sujeito que intervém em seu meio social o faz para obter um efeito estético. O fim é a persuasão, mas o trabalho da linguagem se faz pelas figuras retóricas e considera um auditório a ser movido pelo *delectare*, ou seja, prende-se o público pelo discurso estimulante que desperta o gosto mais pela beleza das palavras e entonação do que pelo *logos*, que implicaria o trabalho com o discurso dialético em busca de uma razão ou verdade provável. De outra forma, trata-se do discurso epidítico, conforme Mosca (2010), em que o orador explora todos os recursos literários, oscilando entre o funcional e o estético e “cumpre, assim, uma função social e cívica” (MOSCA, 2004).

No capítulo III, o autor apresenta as partes do discurso que é dividido em *proposição*, *exposição* e *peroração*. Na *proposição*, descreve extensamente o *exórdio*, definido como “a oração que prepara o ânimo do ouvinte para bem receber o restante do discurso”, conforme Cícero, em sua obra *De Oratore* (II-19, s/d), e o objetivo é despertar no auditório a benevolência, ao falar de sua própria pessoa. Destaca o autor que existem quatro espécies de exórdio: o *pomposo*, o *ex-aprúpto* ou *veemente*, o *insinuante* e o *simples* ou *direto*.

---

Ao tratar da *narração* e da *confirmação*, quando aborda a Oratória e a Lógica, Bueno (1966) demonstra sua divergência com Aristóteles:

A oratória serve-se de todas as formas de argumentação que a lógica nos ensina, mas claro está, sem aquela rigidez da velha arte de raciocinar. A literatura, imaginação do orador disfarçam o entravamento dos silogismos a fim de que o auditório saia convencido, não porém fatigado. A arte deve sobrepor-se à frieza das fórmulas do raciocínio com que Aristóteles aguçava os espíritos dos outros (BUENO, 1966, p. 92).

Embora defenda um discurso leve, livre das amarras formais e receitas lógicas, o autor defende que o trabalho oratório de convicção “exige a adesão do espírito e da vontade dos ouvintes” (BUENO, 1966, p. 86) e que o orador, a depender do assunto abordado, precisa “recorrer à inteligência do auditório, instruindo-o com razões, raciocínios e conclusões” (BUENO, 1966, p. 86). Ora, de que outra forma mover o auditório pela razão se não pelo raciocínio lógico-dedutivo (com uso de entimemas) ou indutivo (com o uso de exemplos)? Em seguida, o autor afirma que é preciso falar ao “coração também comovendo-o por meio de seus vários recursos patéticos” (BUENO, 1966, p. 86). Certamente, o autor refere-se ao Livro II, da *Retórica*, de Aristóteles (2013), que é todo dedicado às paixões e sua relação com a segunda prova retórica: o *pathos*.

Na esteira da argumentação, o autor apresenta os *Recursos de interesses* (p. 92-6) que são, em síntese, as *Definições*, a *Enumeração das partes*, as *Causas e Efeitos*, as *Circunstâncias*, os *Paralelos*, os *Testemunhos divinos* e *Testemunhos humanos*. Destaca a ordem dos argumentos, para se evitar confusão, para construir a argumentação gradativamente, evitando-se excessos. Na *Maneira de apresentar os argumentos* (p. 98), reconhece que “na dialética, uma parte da lógica”, é que se aprende a arte de argumentar. Diz ele: “Todo discurso é um raciocínio e todo orador um silogista” (BUENO, 1966, p. 98) e, por considerar essa parte longa, remete o leitor a buscar qualquer compêndio de lógica. Nota-se que o autor assume a importância da lógica na construção de argumentos e rapidamente retoma o valor da Oratória ao afirmar que “em qualquer ramo da oratória o patético é tudo”. Destaca o ramo forense, em que o advogado de defesa “excita as paixões dos ouvintes por que se convençam da inocência do seu constituinte” (BUENO, 1966, p. 99).

Por fim, o autor discorre sobre a *Refutação*, como uma das partes mais importantes de uma peça oratória. Cita como exemplo a eloquência didática em que o professor ou conferencista tem de “responder a numerosas dificuldades do auditório” (BUENO, 1966, p. 104). E conclui a Primeira parte com a *Peroração*, o fechamento do discurso.

### **Considerações finais**

A obra do professor Silveira Bueno, *A arte de falar em público* (1966), reflete um momento em que a Retórica estava esquecida do processo de ensino e aprendizagem. Os poucos retóricos a ensinavam em aulas específicas de forma entrincheirada, pois enfrentavam a ideia de que a Retórica jazia morta. A análise retórica do discurso da Primeira parte da obra revela um orador com uma fala autorizada e *ethos* bem constituído, dada a posição de professor, filólogo e demais atributos que

destacam sua virtude, honra e benevolência diante do auditório. O discurso predominante é apodítico, imperativo, pois traz afirmações que assumem condição de saber constituído e agora compartilhado com os leitores que compõem um auditório particular e universal bastante abrangente. A concepção de Retórica do autor possui um enfoque na Oratória e na Eloquência. O sistema retórico se traduz na preparação e execução de discursos orais para ocasiões cívicas e de trabalho.

A preocupação de Bueno, ainda que reconheça a importância da lógica (no discurso dialético) para mover a razão, é a beleza do discurso, com seus efeitos estéticos, que garantem a persuasão e a eficácia discursivas. Enfim, o discurso retórico presente na Primeira parte da obra busca criar efeitos de sentido de deleite no leitor. Mesmo sendo uma obra com objetivo didático em que normalmente predomina o *docere*, como ordem de finalidade, a obra apresenta o *delectare*, que busca estimular o leitor pelo gosto, pelo uso de linguagem poética e utilização de figuras retóricas, demonstrando toda sua habilidade oratória, retórica e argumentativa, na modalidade escrita.

### Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. 2. ed. Trad. feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAZERMAN, Charles. *Retórica da ação letrada*. São Paulo: Parábola editorial, 2015.
- BITZER, L. The Rhetorical situation. *Philosophy and Rhetoric*, n. 1, p. 1-14, 1968.
- BRANDÃO, Roberto de O. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. 128 p. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1972.
- BUENO, Francisco Silveira. *A arte de falar em público*. Retórica e Eloquência. Acadêmica, parlamentar, forense e eclesiástica. 2.ed. São Paulo: Livraria Acadêmica; Saraiva & Cia, 1938.
- FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, José L. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9 (1), p. 53-70, Jan./Jul. 2014.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Lições de patriotismo na obra “Páginas literárias” de Francisco Silveira Bueno: formando meninos na década de 1940. *Cadernos Ceru*. v. 21, n. 2, 2011, p. 213-226.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas, convergências e desdobramentos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p. 17-54.
- PERELMAN, Chaïm. *O império retórico: retórica da argumentação*. Lisboa: ASA, 1999.

---

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Justiça e direito)

TRINGALI, Dante. *A retórica antiga e as outras retóricas: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Musa, 2014, p. 158-169.

SOARES, Magda. Que professor queremos formar? In: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. Fortaleza: UFC, 2001, p. 211-218.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

**THE RHETORIC SPEECH OF SILVEIRA BUENO  
IN THE WORK *THE ART OF SPEAKING IN PUBLIC***

**ABSTRACT:** This article intends to make a rhetorical analysis of the work *The Art of Public Speaking* (1966), by professor Francisco Silveira Bueno, whose periodization occurs in the context of the Estado Novo, in order to verify the author's situated discourse that reveals his concept and practice in relation to Rhetoric in the 21st century. The theoretical approach finds support in the Old Rhetoric, in the New Rhetoric and in the Sociorhetoric, from contributions by Bazerman (2015), Aristotle (2013), Ferreira (2010), Reboul (2005) and Mosca (2004). We are still concerned with the contributions of the History of School Disciplines, since the work consists of a manual of oratory, a compendium arose from the Rhetoric classes taught by the author in the fourth year of Mackenzie College in the 1930s and 1940s. We must conclude that the Oratory and Eloquence taught by Bueno (1966) reflect a conception of Rhetoric that prioritizes orality in the dispositio and elocutio and language based on moral values, ornamental aspects of the discourse and reproduction of the literary tradition in the teaching, having the canonical texts as a model to the students of the time the work was circulated.

**Keywords:** Rhetoric; Oratory. Eloquence. Teaching manual.

**Envio: dezembro/2018**

**Aceito para publicação: março/2019**